



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e
desigualdades**

**RESISTÊNCIA QUILOMBOLA NO RECÔNCAVO DA BAHIA:
POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONDUÇÃO DA MEMÓRIA E DO FUTURO POR LIDERANÇAS
FEMININAS**

ANDRESSA CARVALHO¹

LUCIA MARIA AQUINO DE QUEIROZ²

NADJANE MENDES DOS SANTOS LEMOS³

GIZÉLIA CAIRES RAMOS⁴

CARMEN MELO DE SOUZA⁵

RESUMO:

Quilombos são elementos importantes para se pensar a formação sócio-histórica do Brasil; a compreensão de suas realidades sociopolíticas contribui para a ampliação de perspectivas acerca da construção de uma nova ordem societária. Versa-se, assim, sobre o acesso dos quilombos Santo Antônio e Vidal às políticas públicas e o avanço da organização comunitária nas ações de conscientização política.

Palavras-chave: quilombos; políticas públicas; organização comunitária.

RESUMEN:

Los quilombos son elementos importantes para pensar la formación de Brasil; comprender sus realidades sociopolíticas contribuye a ampliar las perspectivas sobre la construcción de un nuevo orden social. Se trata así del acceso de los quilombos de Santo Antônio y

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

² Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

³ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

⁴ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

⁵ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Vidal a las políticas públicas y del avance de la organización comunitaria en acciones de sensibilización política.

Palabras claves: quilombos; políticas públicas; organización de la comunidad.

Introdução

A pesquisa aqui apresentada é fruto das investigações do grupo de pesquisa e extensão Desenvolvimento Regional, Políticas Sociais, Turismo e Cultura (Descult); tal investigação versa sobre as expressões sócio culturais existente nos quilombos de Santo Antônio e Vidal, localizados no município de São Félix, território do Recôncavo baiano.

O desenvolvimento de tal investigação traz à tona reflexões acerca das questões sociais e políticas que delineiam e influenciam a cultura, vivência e a identidade quilombola: o conceito de território, o desenvolvimento de políticas públicas, o desafio no acesso e a violação de direitos das comunidades, os movimentos e estratégias de resistência na história e na atualidade; os marcadores sociais de raça e gênero; em suma, a memória e o futuro das comunidades quilombolas dentro de um contexto de capitalismo avançado onde às expressões da questão social mostram-se cada vez mais latentes e o avanço das políticas de estado na garantia de direitos, ineficazes.

No intuito de evidenciar tais dinâmicas, a pesquisa tem como objeto de investigação a celebração que acontece dentro da temática do Novembro Negro nos quilombos citados, pontuando as particularidades dos atores sociais envolvidos na ação e as relações que conduzem tal mecânica. Destaca-se, assim, o protagonismo das lideranças femininas na condução e realização de tal projeto, caracterizado pela evocação da memória, da história e da ancestralidade negra como ponte para o desenvolvimento político social dos quilombos, e a construção de possibilidades para o futuro do povo negro. A análise e reflexão acerca das formas e modos de organização política de tais comunidades, como a associação comunitária quilombola, apontam para os desafios cotidianos enfrentados por essas comunidades para acessar direitos básicos.

Dessa forma, nossa discussão organiza-se em uma apresentação sobre as comunidades quilombolas no Brasil, sobretudo as do território baiano, e seu acesso às políticas públicas. Damos ênfase à realidade social dos quilombos de Santo Antônio e Vidal, apresentando os desafios enfrentados por estas comunidades. Em um segundo momento, discorreremos sobre as formas de organização política destes quilombos, tendo como foco a atuação da Associação Cultural de Agricultores Familiares das Comunidades Quilombolas de Santo Antônio e Vidal e o

evento do dia da Consciência Negra, onde o protagonismo de lideranças femininas é destaque, assim como as tentativas de resgate cultural e identitário da história e memória quilombola.

Quilombos são elementos importantes para se pensar a formação sócio-histórica do Brasil, investigações que se propõem à compreensão de suas realidades sociopolíticas, contribuem para a ampliação de perspectivas acerca da construção de uma nova ordem societária. Em adição, suscitam debates acerca das temáticas étnico-raciais e relativos ao enfrentamento da discriminação racial, e, dessa forma, possibilitam a que tal pesquisa esteja alinhada aos princípios do Código de Ética do Serviço Social, que colaboram para a liberdade, emancipação, autonomia e plena expansão dos povos quilombolas enquanto sujeitos sociais. Além disso, cooperam com a defesa dos direitos humanos e a universalidade de acesso a direitos sociais, políticos e civis desses povos, buscando a consolidação da cidadania, da democracia, da equidade e da justiça social. E empenham-se, sobretudo, no combate aos preconceitos raciais e de gênero, comprometendo-se com a participação de grupos socialmente discriminados.

I - Comunidades quilombolas e acesso a políticas públicas no Brasil: a experiência das comunidades do Santo Antônio e Vidal

Os quilombos brasileiros, desde a abolição do sistema escravista colonial em 1888, vêm sendo associados à luta contra o racismo e às políticas de reconhecimento da população afro-brasileira. Constituindo-se, inicialmente, nos primeiros focos de resistência da população africana ao escravismo colonial, alcançam expressividade enquanto questão de relevo, nos anos 1930, através da ação de movimentos sociais negros, como a Frente Negra Brasileira, mais importante organização nacional na luta contra o racismo no período.

Posteriormente, quando os discursos dos militantes do Movimento Negro Unificado e de parlamentares como Abdias do Nascimento, conseguem ecoar, transformando-se em dispositivo jurídico capaz de promover a defesa e a efetiva entrada dos descendentes dos africanos na nova ordem jurídica da Nação, os quilombos retornam à cena política brasileira, movimento que ocorre, entretanto, em meio a muitas resistências (Leite, 2008; 2000). A exemplo, o artigo 68 da Constituição Brasileira de 1988, incorporado pela primeira senadora negra, Benedita da Silva, que reconhece a propriedade definitiva das terras aos remanescentes das comunidades dos quilombos que as estejam ocupando, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos,

enfrentou grandes opositores na Câmara Federal e no Senado e levou quase 20 anos para ser regulamentado (Leite, 2008).

O artigo 68, do Ato de Disposições Transitórias da Constituição de 1988, representou um avanço na garantia do direito ao território das comunidades remanescentes de quilombos, tanto no sentido de possibilitar a superação da concepção hegemônica sobre a uniformidade dos processos de uso e ocupação do local, quanto por inaugurar o reconhecimento de modelos específicos de organização e atribuição de valores e significados ao território. Sua regulamentação ocorre pelo Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, que institui o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas (Fernandes, 2022).

Em que pesem as terras dos quilombos terem sido consideradas constitucionalmente como integrantes do patrimônio cultural desses grupos negros e, portanto, alvo de proteção pelo Estado, grande parcela dos remanescentes quilombolas, em todo o território nacional, ainda hoje é submetida a situações de violência extrema, dado, sobretudo, à lentidão e às discontinuidades sofridas no curso do reconhecimento legal da posse das terras ocupadas.

Em levantamento realizado pela primeira vez no Brasil para o Censo 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) investigou integrantes dos povos e comunidades tradicionais, revelando ser a população quilombola do país equivalente a 1,32 milhão de pessoas, ou 0,65% do total de habitantes. No entanto, apenas 12,6% desta população residem em territórios oficialmente delimitados e somente 4,3% habitam em territórios já titulados no processo de regularização fundiária. A Bahia, estado que concentra o maior número de remanescentes quilombolas do país (397.059), é um dos que apresenta as menores proporções de quilombolas em territórios delimitados (5,23%), superado apenas por Alagoas (1,83%) e Minas Gerais (3,38%) – (Brasil, Agência IBGE Notícias, 2024).

Registrando um total de 332 processos de regularização de territórios quilombolas, de acordo com estudo da entidade Terra de Direitos, a Bahia também se destaca por aglutinar um número expressivo de conflitos fundiários em torno das comunidades quilombolas. Conforme os dados da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq), divulgados pela Folha de São Paulo, ao menos 11 quilombolas foram assassinados na Bahia nos últimos dez anos, em meio a ofensivas de grileiros e madeireiros sobre as terras das comunidades tradicionais, sobressaindo, dentre esses, pela visibilidade alcançada, inclusive internacionalmente, a morte de

Bernadete Pacífico, a Mãe Bernadete, assassinada a tiros no Quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho (Folha de São Paulo, 2023).

Sem desconhecer a importância das políticas de regularização fundiária, objeto central tradicionalmente presente nas análises sobre políticas públicas para os quilombolas, mas, objetivando uma compreensão mais ampla das principais formulações e ações do Governo Federal voltadas às comunidades remanescentes de quilombos, notadamente a partir de 2003, José Maurício Arruti identifica, para além dessa, outras duas políticas que se constituem como as mais relevantes para esse grupo: saúde e educação. A importância dessas três políticas está atrelada, conforme a análise do autor, ao conjunto de demandas que os quilombolas apresentam para essas áreas e ao volume de investimentos oficiais que mobilizam e seus respectivos efeitos sociais.

No conjunto da sua análise, entretanto, Arruti irá evidenciar a incipiência das políticas públicas federais direcionadas aos quilombolas. A fundiária, como ressalta, embora se constitua em uma política diferenciada, concebida de forma específica para esse grupo, distinguindo-se, a exemplo, da proposta para a reforma agrária, é considerada pelo autor “uma política sob ameaça” (Arruti, 2009, p. 91), por não aglutinar interesses centrais da classe política brasileira dominante e do seu aparato institucional. Já as demais políticas, inclusive as públicas gerais, ainda na visão de Arruti, tendem a assumir os quilombolas como “agregados de indivíduos mais desfavorecidos no acesso a recursos” (Arruti, 2009, p. 84), gerando um tratamento diferenciado no alcance dos seus resultados que, por sua vez, são indiferenciados. Esse tratamento, porém, não vem propiciando reduções expressivas nas desigualdades observadas no acesso dos quilombolas às políticas públicas.

Ratificando a incipiência das políticas educacionais quilombolas, apontadas por Arruti, o IBGE, ao divulgar novos dados do Censo Demográfico 2022, indicou a proporção de quilombolas analfabetos como equivalente a mais que o dobro da população em geral. Do total de um milhão de quilombolas de 15 anos ou mais, 192,70 mil não sabiam ler nem escrever um bilhete simples. O percentual de analfabetos foi calculado em 18,99%, aproximadamente um em cada cinco. E mais da metade dos quilombolas com 65 anos ou mais (53,93%) não sabiam ler nem escrever, frente a 20,25% da população total nesta mesma faixa etária. Esses indicadores deixam transparecer o descompasso entre as políticas educacionais para este grupo e as políticas nacionais de educação (Vieceli, Folha de São Paulo, 2024).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O “retrato duro não só da situação atual destas comunidades, como do futuro que vem sendo desenhado para elas” apontado por Arruti (2009, p. 98) é, mais uma vez, corroborado pelas informações do Censo 2022 referentes às características dos domicílios quilombolas, que impactam diretamente na saúde deste grupo. O IBGE identificou ao menos uma forma de precariedade de saneamento básico em 357,1 mil domicílios particulares permanentes onde viviam um milhão de quilombolas, equivalendo a 78,93% desse grupo. Já para a população total esse percentual corresponde a 27,28%. As principais precariedades contabilizadas pelo IBGE referem-se à ausência de água encanada nas residências, falta de rede geral de esgoto, fossa séptica ou fossa filtro e inexistência de coleta de lixo (Vieceli, Folha de São Paulo, 2024).

Conforme o IBGE, 17,15% dos quilombolas moravam em lares sem banheiro exclusivo, contra 2,25% da população total que enfrentava situação semelhante. Apenas 29,46% dos quilombolas viviam em domicílios com acesso a serviços de esgoto considerados adequados – rede geral ou pluvial, fossa séptica e fossa filtro; para a população geral esse indicador equivaleu a 75,70%. Mais da metade dos quilombolas (57,67%) utilizavam formas precárias de destinação de esgotos, vivendo em habitações que tinham as fossas rudimentares ou buracos como formas de esgotamento, enquanto que junto à população total esse percentual era de 19,44% (Vieceli, Folha de São Paulo, 2024).

Quanto ao abastecimento de água, ainda segundo o IBGE, 69,63% dos quilombolas tinham acesso ao uso de rede geral de distribuição, poço, fonte, nascente ou mina e de canalização até dentro do domicílio, contra 93,95% da população como um todo que usufruíam desse serviço. Por fim, os indicadores de destino do lixo também são reveladores do quadro de disparidades. Enquanto 90,90% da população brasileira contavam com coleta domiciliar dos resíduos ou depósito em caçambas de serviços de limpeza, entre os quilombolas, apenas 51,30% tinham essa opção em seus domicílios permanentes (Vieceli, Folha de São Paulo, 2024).

Esse quadro de desigualdades e de carência de políticas públicas efetivamente direcionadas aos quilombolas brasileiros, retratado por estudiosos como Arruti e ratificado pelas pesquisas do IBGE, reflete a desassistência e as situações de precariedade às quais são relegadas as diversas comunidades quilombolas, a exemplo das comunidades do Santo Antônio e Vidal, objeto desse estudo, localizadas no município de São Félix.

São Félix está situado no Recôncavo baiano, outrora uma região de grande expressão no quadro político e na socioeconomia baiana, dada a sua função de centro produtor de açúcar e fumo, importantes mercadorias no período do Brasil colônia, produzidas nos engenhos, a partir da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mão de obra africana escravizada. Possui nove comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, dentre essas as do Santo Antônio e Vidal (Brasil, Conaq, 2024). Esses dois quilombos contam com uma população estimada em 300 habitantes, sendo o primeiro composto por 42 famílias e o segundo por 33 famílias.

Em pesquisa realizada pelo grupo Desenvolvimento Regional, Políticas Sociais, Cultura e Turismo (Grupo Descult) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), entre 1º e 15 de julho de 2024, com 27 moradores das comunidades quilombolas do Santo Antônio e Vidal, identificou-se que neste conjunto, majoritariamente autodeclarado negro (por 85,2% dos entrevistados), 18,5% são analfabetos. Para além do déficit educacional, cujo percentual de não alfabetizados assemelha-se ao identificado pelo IBGE para os quilombolas brasileiros, pode-se observar também carências expressivas no tocante à infraestrutura disponível às habitações. Cerca de 26% não têm acesso à água potável, 50% não dispõem de sistema de esgotamento sanitário, 96,30% não contam com coleta de lixo domiciliar, utilizando-se da queima a céu aberto como forma de descarte dos dejetos acumulados.

Dentre os quilombolas do Santo Antônio e Vidal entrevistados, 63% revelaram nunca ter recebido algum benefício por parte do governo em função da sua condição de remanescente quilombola. Dentre os que receberam, as bolsas permanência e cestas básicas foram os benefícios mais citados, por duas pessoas cada. Cabe ressaltar que quase 26% não se sentem representados e capazes de participar das decisões políticas que afetam a comunidade e 55,60% indicaram não ter conhecimento dos direitos, das políticas e das ações asseguradas às comunidades quilombolas.

Ao serem solicitados que avaliassem a política de acesso à assistência social na comunidade, 40,70% dos entrevistados a classificaram como péssima, 18,50% como ruim, 29,60% como regular, 11,10% como boa, e nenhum entrevistado utilizou-se da categoria ótima. Esses dados indicam uma percepção majoritariamente negativa sobre a assistência social na comunidade. A ausência das atividades da rede de assistência social pode acarretar diversos impactos negativos nas comunidades, afetando diretamente a qualidade de vida das populações e agravando as desigualdades sociais e econômicas.

Em síntese, a comunidade enfrenta uma série de desafios que comprometem seu desenvolvimento e, em adição, a preservação de suas tradições culturais. Diante deste grave quadro de desassistência, lideranças do Santo Antônio e Vidal vêm buscando o fortalecimento comunitário via ações de educação e conscientização política. Os desafios são expressivos, mas

as iniciativas têm proporcionado frutos, como será visto com a experiência de realização do evento do Dia da Consciência Negra.

II - Idealizando o Dia da Consciência Negra em Santo Antônio e Vidal - nem o machismo, nem o racismo podem nos parar

A história dos territórios é também a história das pessoas que o ocupam. Dessa forma, utilizando como metodologia a entrevista semiestruturada, o diálogo com as idealizadoras do evento “Comemoração ao Dia da Consciência Negra”, Eli Odara (59) e Vera Cristina Santos de Jesus (43), nos fornece, para além das informações técnicas acerca do papel que desempenham enquanto lideranças quilombolas, às motivações subjetivas e objetivas que substanciam a proposição da atividade dentro da temática do novembro negro, desvelando o viés emancipatório, cultural, político e educador que a ação objetiva.

Nas entrevistas realizadas em abril de 2024 com as idealizadoras de tal evento, duas mulheres negras quilombolas, entre elas uma educadora e uma agricultora familiar, ambas líderes comunitárias, é reconhecível que o que sustenta tal atividade, e inspira sua continuidade, é a necessidade que essas mulheres sentem de enfrentar às práticas repressivas engendradas na vida social de uma sociedade conservadora.

O racismo e o machismo presentes nas relações tecidas dentro da comunidade, as quais vitimam homens, mulheres, idosos e crianças, e a necessidade de envolver a comunidade no debate de assuntos do seu interesse, como acesso aos direitos e a efetivação de políticas públicas dentro dos quilombos, são as questões centrais que estimularam a ideia do evento.

Busca-se realizar discussões e atividades acerca dessas temáticas durante o ano todo, sendo a associação comunitária, espaço político organizado da comunidade, local aglutinador das atividades sociais, culturais e políticas desenvolvidas nos quilombos de Santo Antônio e Vidal. A Associação Cultural de Agricultores Familiares das Comunidades Quilombolas de Santo Antônio e Vidal teve seu registro em 2002, e a construção de sua sede no quilombo de Santo Antônio, como apresentado por representantes da diretoria da mesma, em entrevista semi estruturada, foi realizada através de doações da comunidade, e da promoção de eventos e jogos para angariar fundos. A obra ainda não está concluída, o que, inclusive, acaba por influenciar na viabilização de alguns projetos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Tal associação tem um papel importantíssimo como local de reivindicações políticas das comunidades citadas, principalmente na luta pelo fortalecimento da agricultura familiar, acesso à educação, à cultura, e a direitos básicos, como a água. A diretoria é formada por oito integrantes, mais cinquenta associados, e busca dar conta das demandas das trinta e três famílias do quilombo Vidal, e das quarenta e duas do quilombo Santo Antônio, que juntos perfazem uma população aproximada de 300 pessoas. Entre as reivindicações e conquistas mais importantes da organização, cita-se a participação em projetos da agricultura familiar, como os quintais produtivos e a plantação de hortas.

O envolvimento em tais projetos diversificou a produção dos quilombos, e auxiliou na compra de insumos. Os representantes da associação falam sobre os desafios para a viabilização de projetos como este, sendo a falta de água o maior deles. Às comunidades não têm acesso à água encanada, e contam com a distribuição de carros pipas, salientam que no período de pandemia, onde houve muita chuva e a estrada ficou interditada, sua única fonte era a própria chuva; às famílias armazenavam a água das chuvas em tanques de eternit. A água encanada é uma reivindicação antiga das comunidades, mas como destaca a presidente da associação, Jaqueline de Jesus da Silva, o poder público tem se mostrado pouco interessado em resolver a demanda.

A luta pela educação dos jovens da comunidade é outra pauta da associação; não há escolas na comunidade e foi com dificuldade que conseguiram o transporte para que os estudantes pudessem deslocar-se ao distrito escolar, que fica a uma distância de mais de trinta minutos. A mesma situação acontece em relação à saúde, não há posto de saúde no território, mas um anexo, praticamente gestado por uma técnica de enfermagem. O atendimento médico acontece apenas duas vezes na semana, a visita da enfermeira e da nutricionista uma vez, e da psicóloga, a cada quinze dias.

Outra queixa importante que a comunidade traz é a desarticulação de suas referências culturais; no território havia a tradição da Festa de Santo Antônio, onde a trezena do santo era rezada e celebrada. A última festa neste formato, no entanto, foi em 2010: os representantes da associação contam que havia descontentamento de uma parcela da comunidade em ser sempre a mesma família responsável pela festa, e a presença de um novo padre no município, que desgostava da parte “profana” da festa, isto é, das atividades que aconteciam para além da igreja, com a presença de bandas e shows, ajudou para a desmobilização da celebração não somente nesta comunidade, mas em territórios circunvizinhos. Hoje em dia, às rezas acontecem em tríduos e não mais trezenas, com uma maior centralização da igreja. Mesmo não havendo mais a

presença do padre citado, a comunidade não conseguiu retornar a sua tradição de celebração a Santo Antônio.

Não sendo, entretanto, só dificuldades, a associação destaca seu papel no turismo de base comunitária; ao receber turistas, a comunidade faz a apresentação de seus produtos da agricultura familiar, do artesanato, da culinária local, além de realizar rodas de conversa que contam com momentos de dinâmica e música. A apresentação de elementos tradicionais do local, como a produção nas casas de farinha e os terreiros de religiões de matriz africana, Ilê Axé Omi Ogun Siwajú e Ilê Axé Xangô Egbe, também fazem parte desse roteiro.

A presença majoritária de mulheres na associação é bem marcante, e a luta pela conscientização da comunidade em relação a sua história, legado e direitos é a base dessa organização. A falta de assistência do poder público é visível, mas não suficiente para que as lideranças da comunidade desistam de seus objetivos. O evento de comemoração ao Dia da Consciência Negra é, então, de acordo com as entrevistadas, um espaço onde as atividades e debates empreendidos durante o ano, culminam.

Eu digo que é um evento que acontece dentro do Novembro Negro. É a culminância de um projeto que já é realizado aqui dentro.(...) Eu sempre coloco Jaqueline, a presidente, para falar, para ela dizer o que aconteceu durante o ano. A gente traz temas como a violência contra a mulher. A gente traz temas relacionados a religiões de matriz africana, a gente traz temas, a gente relembra os nossos... A gente relembra os nossos mais velhos, a gente traz a fala deles pra esse lugar, né? Pra o quê? Pra preservar a fala dos nossos mais velhos. Então, é meio que um evento que simboliza tudo que acontece durante o ano.(...) Sempre estou dizendo, a gente faz, realiza, uma culminância. (Eli Odara, ED⁶, 2024).

O evento teve sua primeira edição em 2015, tendo como organizadora principal Cristina, como é conhecida, e no ano de 2016, Eli Odara juntou-se à parceria; desde então, a mesma vem lidando com questões referentes ao financiamento da atividade, buscando a contribuição de órgãos públicos e, sobretudo, inscrevendo o projeto em editais de financiamento cultural, de onde tiveram resultados positivos. Cristina, como fundadora do evento, além de trabalhar na busca por recursos, desempenha o papel de mobilizar a comunidade em prol da atividade, que segundo a mesma, é uma tentativa de resgate da cultura local.

O pensamento de Lélia González (2020) é imprescindível para se pensar o protagonismo das mulheres negras nos espaços de luta, reivindicação e conscientização dos direitos do povo negro, assim como Palmares, como salienta a autora, é para se pensar a formação das identidades quilombolas. Em seu ensaio “Mulher Negra, essa quilombola”, utilizando o termo

⁶ ED – grafia utilizada para referenciar as entrevistas diretas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

“mulher negra” num sentido amplo e metafórico, González argumenta que a mulher negra tem sido quilombola “(...) porque, graças a ela, podemos dizer que a identidade cultural brasileira passa necessariamente pelo negro” (González, 2020, p.179/180). Isto é, o espaço ocupado pela mulher negra no período colonial, circulando entre a casa grande e a senzala, e sofrendo todas as consequências dessa “proximidade” com os senhores de engenho, permitiu um espaço privilegiado para que aspectos da cultura negra-africana fossem reproduzidos e sobrevivessem. (ibidem, 2020).

Mesmo identificando que a situação da mulher negra entre o passado colonial e o presente pouco tenha mudado, visto os diversos aspectos modernos que coadunam para a inferiorização das mulheres negras, González (2020, p. 181) reafirma que “(...) seu espírito de quilombola não a deixa soçobrar.” Destaca, assim, o protagonismo dessas mulheres nos movimentos de emancipação das comunidades negras; sua presença é crescente, constante e por vezes majoritária nos movimentos negros regionais, o que para a autora, explica-se justamente pela interseccionalidade das opressões que enfrentam. Sua consciência sobre ser um dos grupos mais violentamente explorados nesta sociedade, provoca um olhar mais crítico e amplo do sistema: “(...) sua luta se dá em três frentes, e, quanto mais desenvolve sua prática em termos de movimento, mais sua lucidez e sua sensibilidade se enriquecem. De repente, ela acaba tendo um jogo de cintura muito maior do que acreditava possuir.” (González, 2020, p.181/182).

Um jogo de cintura que fica evidente nos relatos de Eli Odara e Cristina que utilizam as mais diversas estratégias para estimular a participação comunitária no evento. A presença da mídia televisiva, de manifestações culturais típicas da região do Recôncavo baiano, como o Nego Fugido⁷ e a Puxada de Rede⁸, apresentações de teatro, e os tradicionais momentos de samba de roda e a oferta dos pratos típicos da região tornam-se chamarizes para garantir a atenção e presença da comunidade na atividade, e só acontecem pela articulação que as entrevistadas suscitam. Eli Odara explica, por exemplo, o processo para conseguir a vinda da TV para a comunidade a fim de visibilizar o evento, dos esforços para obter financiamento através da inscrição em editais, e a busca pelo apoio e patrocínio da prefeitura municipal. Através do financiamento do Fundo Baobá para Equidade Racial, o projeto escrito por Eli proporcionou a compra de notebook e impressora para associação da comunidade, assim como a doação de

⁷ Trata-se de uma representação cênica e performática da cultura popular que reúne elementos do teatro, da dança, da música e das artes visuais em reivindicação do reconhecimento da luta dos negros para a conquista da sua liberdade. (Sousa, 2014).

⁸ Encenação teatral, comum nas apresentações de capoeira; representa o movimento coletivo de pescadores movidos por cânticos e o som de atabaques (Real, 2014).

carro de mão e material de horta, sementes, enxada, facção, além da oferta de múltiplas oficinas para os associados.

Cristina evidencia outros aspectos da articulação realizada para garantir a atividade; a alimentação ofertada segue o cardápio dos pratos tradicionais baianos, vatapá, caruru, e demais complementos, feijão fradinho, banana frita, farofa de aipim, farofa de azeite, abará, acarajé. As responsáveis por essa produção, obviamente, são outras mulheres da comunidade, familiares de Cristina, que apoiam o evento e realizam esse trabalho de forma voluntária. Boa parte dos materiais para a produção é encontrada na própria comunidade "(...) aqui a gente tem o azeite, o quiabo. Os feijões tem que comprar. A farinha a gente usa a nossa. E aí, o que a gente não tem, a gente tenta comprar em outra comunidade." (Cristina, ED, 2024).

Nego Bispo (2015) afirma que o conceito de biointeração é evidente nas comunidades tradicionais como aldeias indígenas, quilombos e terreiros. tal conceito caminha na contra corrente do dito desenvolvimento sustentável, pois o mesmo tem como tríade a ideia de "reduzir, reutilizar e reciclar", o que para autor é uma tentativa falha de mascarar o problema de uso indiscriminado de recursos que são finitos, num processo de transformar elementos orgânicos em sintéticos. São práticas que visam o desenvolvimentismo e são amplamente estimuladas pelo sistema de acumulação capitalista, o que segundo o autor "(...) inevitavelmente levará a humanidade a uma situação de miséria, fome e escassez generalizada." (Bispo, 2015, p.108).

O conceito de biointeração, no entanto, torna-se destaque por defender o *envolvimento* ao invés do *desenvolvimento*: tem como tríade "extrair, utilizar e reeditar" e aparta-se de processos de produção do sintético através do orgânico: os recursos naturais são reeditados nas práticas de biointeração, pois são preservados enquanto naturais, orgânicos e passíveis de serem absorvidos e envolvidos pela natureza. Tal conceito pode ser encarado como prática emancipatória de, como diz Ailton Krenak, "futuro ancestral", por aqueles que buscam e acreditam na construção de alternativas societárias, visto o colapso que o sistema capitalista de exploração desenfreada de recursos vem suscitando (Aguiar, 2023). A fala de Eli Odara sobre como as temáticas são abordadas durante o evento, exemplifica a relevância das discussões acerca dos termos terra e território quando se trata de comunidades tradicionais como as quilombolas, e a necessidade de se elucidar mais sobre esse conceito de biointeração.

(...) você não muda o outro. (...) Você incomoda o outro na fala. Você não muda. Você incomoda. (...) A gente traz mesas (...) Se eu vou falar de ancestralidade, eu trago o trato das folhas, o uso do agrotóxico, de como isso afeta a agricultura familiar, de como muitos aqui ainda usam as folhas para trato de alguma doença. Então eu trago histórias de como isso pode ser utilizado. Trago agrotóxicos naturais, e isso eu chamo pessoas que tem esse



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

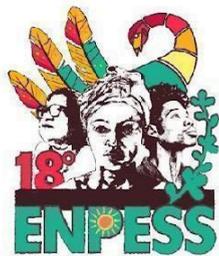
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conhecimento, então eu crio várias mesas, geralmente a gente tinha dez mesas, mas ano passado a gente teve que diminuir, não deu pra vir todo mundo (...) (Eli Odara, ED, 2024).

A prática da biointeração mostra-se presente em outros aspectos do evento relatados pelas entrevistadas, por exemplo, a decoração do espaço é feita com material colhido na própria comunidade, como folhas variadas. Além disso, menciona-se um grupo de artesanato da comunidade que utilizava a fibra da banana para a confecção de bolsas e cadernos. Os itens vendidos na feira que acompanha o evento são frutos dessa agricultura quilombola e de produções artesanais; são comercializados o inhame, aipim, a farinha, os licores, o crochê, acarajé, doces como o da casca da laranja: experiências que demonstram o uso integral dos frutos da terra e das plantações familiares.

A relação entre espiritualidade africana e a natureza também é abordada nesse sentido, e faz referência ao cuidado da memória e da ancestralidade deste território. Em uma das atividades do evento do ano de 2022 foi realizada uma produção audiovisual que contava a história do território a partir de elementos da natureza que nas religiões de matriz africana são “personificados” enquanto energias distintas, forças da natureza, Orixás. Assim, em tal apresentação, quando se falava das águas presentes no território, Oxum era vista dançando, quando se falava das matas, Oxossi se mostrava. Os “atores” envolvidos são membros da própria comunidade que fazem parte da oficina de teatro ministrada por Eli Odara na associação: “A ideia era que eles compreendessem que a gente convive com esses elementos na nossa vida e que algumas pessoas chamam de mata e outros entendem que Oxossi, tá ali. É um respeito ao olhar do outro.” (Eli Odara, 2014).

Aguiar (2023) sintetiza que diante dos ditames da atual necropolítica, o fortalecimento das identidades, modos de vida, dos símbolos e luta dos territórios ancestrais precisam ser defendidos. É de acordo com essa perspectiva que se torna fundamental visibilizar ações que salvaguardam episódios da nossa história, como o dia vinte de novembro no Brasil: González (2020) denuncia o silenciamento que historicamente a luta das mulheres negras, desde suas ações nos primeiros quilombos, sofre; exemplifica as poucas informações que se tem acerca de figuras históricas importantes, como Luísa Mahin; seu papel como heroína e guerreira na Revolta dos Malês em 1835 foi pesquisado, no entanto “ (...) o que sabemos mais sobre Luísa Mahin? Nada mais. E é interessante observar que essa prática do silêncio em relação à participação da mulher negra nas lutas do seu povo se repete até os dias de hoje.” (González, 2020, p.205). É nesse sentido que trabalhos que visam o reconhecimento e investigam os atuais, históricos e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

heterogêneos movimentos emancipatórios de mulheres negras devem ser estimulados e possibilitados.

O pensamento de Patrícia Hill Collins (2017) aponta para a heterogeneidade dos movimentos sociais das afro americanas; a autora tece distinções entre, a exemplo, o feminismo negro e o mulherismo. Compreendendo o desafio de superar essas distinções, identifica a tendência das mulheres negras tornarem-se agentes da própria autodefinição, reagindo coletivamente ou de forma individual ao sistema de dominação que é patriarcal, racista e heterossexista; e dessa forma, elaboram respostas distintas a desafios comuns. O ponto de vista gestado é coletivo, mas não se apresenta como universal, pois para Collins “(...) confirma experiências e programas de justiça social em conexões transnacionais e globais.” (Nascimento, 2020, p. 193). As experiências de Eli e Cristina na idealização de tal projeto, dessa forma, legitimam seus conhecimentos enquanto mulheres negras que produzem e agem em prol da mudança social de suas comunidades, envolvendo-se em atividades autônomas, inspiradas em suas próprias vivências e nos desafios que são comuns às particularidades de sua existência.

Faz parte da realidade de Eli Odara e Cristina o reconhecimento da história do seu território, e do significado especial que a lembrança de Zumbi e de Palmares tem para as comunidades quilombolas. González (2020) argumenta que a República Negra de Palmares foi o “(...) primeiro Estado livre de todo o continente americano, existiu no Brasil colonial, como denúncia viva do sistema implantado pelos europeus no continente. (...) durante um século (1595-1695), floresceu na antiga Capitania de Pernambuco.” (González, 2020, p.44). A autora enfatiza o esforço bélico despendido pela colônia nas tentativas de suplantar Palmares, e que o quilombo foi a primeira tentativa brasileira de sociedade democrática e igualitária, visto a divisão do trabalho livre e a presença harmoniosa de raças e etnias. (González, 2020).

É o conceito de quilombismo, cunhado por Abdias do Nascimento (2002) que conecta a evocação da memória de Palmares e Zumbi às experiências da última década lideradas por Cristina e Eli Odara nos quilombos Santo Antônio e Vidal. O quilombismo tem como perspectiva homens e mulheres negros no centro de agendamento de suas demandas, resgatando valores como liberdade, dignidade e associativismo, numa clara referência de reconstrução ao Quilombo dos Palmares, conectando experiências do passado do povo negro à construção de um futuro fundado na solidariedade e comunhão racial. (Nascimento, 2002); (Filgueira, Silva, 2020).

Para Abdias do Nascimento trata-se de uma reivindicação do povo negro como protagonista e criador de instituições próprias, de uma ciência própria, da soberania e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

autodeterminação das comunidades negras, e pelo resgate e restauração dos saberes e tradições africanas, sendo seu sistema cultural independente e autônomo às teorias eurocêntricas e coloniais.

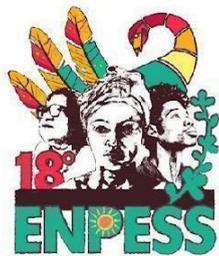
Eli Odara não utiliza o termo quilombismo, mas tem uma perspectiva crítica acerca da sua ação na comunidade, que se alinha ao conceito desenvolvido por Nascimento (2002): “Como eu vejo, são ações que têm um propósito decolonial. Porque quando eu falo decolonial, isso entra racismo, machismo, preconceito, entra tudo. Tudo que foi deixado por eles que nos nega.” (Eli Odara, ED, 2024). Na análise de Filgueira e Silva (2020) a “edificação da sociedade nacional quilombista” baseia-se na cidadania e na defesa das crianças e mulheres negras, apresentada pelos autores como principais alvos da operação racial. A fala de Eli Odara soma-se ao pensamento de Nascimento (2002) que conclui que o fundamento ético do quilombismo é assegurar a condição humana do povo afro-brasileiro:

(...) a primeira coisa que o homem branco fez quando nos capturou, capturou os nossos, capturou os nossos lá em África, foi destituir qualquer laço familiar, qualquer laço de amizade, (...) ele implanta entre a gente a desvalorização com relação à mulher, porque ele já vem com isso lá deles. E também nos separa. Separa de mãe, separa de irmão, separa de filho, separa tudo. Pra quebrar. (...) se a gente está junto, a gente é forte. (Eli Odara, ED, 2024).

III - Considerações Finais

Este trabalho não finaliza com uma análise conclusiva. Busca-se nestas considerações finais ressaltar que são muitos os desafios atravessados pelas comunidades quilombolas, a exemplo do acesso às políticas públicas. As formas de resistência, também significativas, tendem a ser diferenciadas e, no caso das comunidades em análise, perpassam pela proposição e realização de um evento, o Dia da Consciência Negra.

Assim como no conceito de quilombismo presente na obra de Nascimento (2002), a proposta deste evento traz subjacente a percepção de que “um futuro de melhor qualidade para a população afro-brasileira só poderá ocorrer pelo esforço enérgico de organização e mobilização coletiva, tanto da população negra como das inteligências e capacidades escolarizadas” (Nascimento, 2002, p.3). E, na atualidade, o principal desafio para as idealizadoras de tal projeto é justamente a mobilização coletiva e a continuidade da ação para além delas, visto que ainda enfrentam resistência da comunidade, principalmente por parte da juventude, em participar da ação. Esta questão tem levado a que Eli Odara, uma das organizadoras, centralize o seu trabalho nas crianças e jovens da comunidade, dentro de uma perspectiva educadora e provocativa aos seus pares, ministrando aulas de teatro na associação local.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

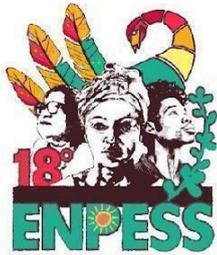
Já a Cristina, proponente da atividade e parceira de Eli, nas suas reflexões sobre o evento, salienta que sua luta é para que os membros de sua comunidade se reconheçam enquanto sujeitos de direitos, capazes, com autoestima e identidades fortalecidas, e que as novas gerações estejam envolvidas nas ações comunitárias, assim como acessando aqueles espaços, pensamentos e oportunidades que foram negados às gerações anteriores. Na sua visão, o trabalho da associação e o evento têm promovido um impacto positivo de largo espectro: mais jovens das comunidades de Santo Antônio e Vidal têm acessado o ensino superior, e a comunidade em geral têm experienciado um sentimento mais positivo com elementos da estética negra-africana. “(...) quando a gente começou, até assim, as pessoas se vestirem e tal, com a cultura afro era difícil e hoje eu já vejo que as pessoas já estão aí é se vestindo...Porque pra pessoa colocar um torso? (...) antes você não via ninguém (...)” (Cristina, ED, 2024).

Em síntese, como complementam Filgueira e Silva (2020), a ideologia racial e a colonização repeliram a sabedoria africana, e as perspectivas afrocêntricas, como o quilombismo, têm o intuito de restaurar saberes antes suplantados, assim como tradições africanas e uma filosofia própria das comunidades afro brasileiras. Como visto ao longo deste texto, o exemplo de resistência do Novembro Negro nas comunidades de Santo Antônio e Vidal evidencia o que Abdias do Nascimento apregoava: já não se faz mais necessário o empréstimo de teorias, ideias e filosofias do nosso opressor. O povo negro, sobretudo quando aquilombado, é capaz de encontrar alternativas próprias. Mas, isso não exime a necessidade de ação pública. Cabe às políticas públicas o papel de assegurar as condições necessárias e garantidas constitucionalmente, para que essas alternativas possam vir a se concretizar.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, J. O. As filosofias de Ailton krenak e Antonio Bispo dos Santos: pensamento criativo surgido da relação com a Terra no Brasil da Nova República: creative thinking arising from the relationship with the Earth in Brazil during the New Republic. *Revista Brasileira de Filosofia e História*, v. 12, n. 4, p. 1637–1651, 2023. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RBFH/article/view/10138>. Acesso em: 27 jul. 2024.

ARRUTI, José Maurício. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In: *Caminhos convergentes - Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Disponível em https://www.boell-latinoamerica.org/downloads/caminhos_convergentes_03_jose_mauricio.pdf. Acesso em 20/07/2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BISPO, Antonio. Colonização, quilombos: modos e significados. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.

BRASIL, AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Censo 2022: população quilombola é mais jovem do que população total do país. Editora IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em 18/07/2024.

BRASIL, CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Bahia lidera estados com quilombolas. Disponível em <https://conaq.org.br/noticias/bahia-lidera-estados-com-quilombolas/>. Acesso em 20/07/2024.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. Tradução Angela Figueiredo e Jesse Ferrel. In: Cadernos Pagu (51), 2017b.

FERNANDES, Gerusa Fidelis. Políticas Públicas para comunidades quilombolas. Open Science Research IX, v. 9. Editora Científica Digital. 2022. Disponível em <https://www.editoracientifica.com.br>. Acesso em 20/07/2024.

FILGUEIRA, André Luiz de Souza; SILVA, Mary Anne Vieira. Afrocentricidade, quilombismo e colonialidade do poder: saberes insurgentes nas textualidades de Abdias do Nascimento e Aníbal Quijano. Revista Temporis v. 19, n. 2, 2019.

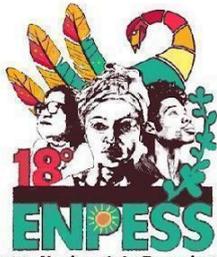
FOLHA DE SÃO PAULO. Quilombolas na Bahia enfrentam violência, ameaças e vivem sob pressão. Conflitos fundiários e proteção de comunidades tradicionais da ação de grileiros são desafios em meio à crise de segurança na Bahia. (Folha de São Paulo, 21/11/2023). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/11/quilombolas-na-bahia-enfrentam-violencia-am-ameacas-e-vivem-sob-pressao.shtml>. Acesso em 18/07/2024.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo-afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.p.44

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e Impasses atuais. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 965, setembro-dezembro/2008. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-0226X2008000300015>. Dossiê 120 anos da abolição da escravidão no Brasil: um processo ainda inacabado. Rev. Estud. Fem. 16 (3), dez 2008. Acesso em 20/07/2024.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Etnográfica [on line], v.4 (2) 2000. Disponível em <https://journals.openedition.org/etnografica/2769>. Acesso em 20/07/2024.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito científico histórico-social. In: O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. 2. ed. Brasília. Rio de Janeiro: Fundação Palmares.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

OR Editor Produtor, 2002, p. 269-274. Disponível em http://www.letras.ufmg.br/literafr/arquivos/ensaistas/qQuilombismo_um_conceito_cientfico_historico-social.pdf. Acesso em 8 de ago. 2024

NASCIMENTO, Rosânia do. COLLINS, Patricia Hill. Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Pós-Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais, v. 15, n. 1, p. 7-7, 2020.

REAL, Márcio Penna Corte. As musicalidades das rodas de capoeira: investigação de um campo de saber/poder(?). Rev. Inter Ação, Goiânia, v. 39, n. 1, p. 87-111, abr. 2014. Disponível em <https://doi.org/10.5216/ia.v39i1.29513>. Acesso em 8 de ago. 2024.

SOUSA, Jamilson Oliveira de: AS CARETAS E O NEGRO FUGIDO FAZEM A FESTA EM ACUPE. Estudos interdisciplinares sobre a cultura popular, a tradição e a educação nas performances sociais que fazem a festa em Acupe. UFBA. 2014. 49p. il. 2014. Monografia (Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

VIECELI, Leonardo. Proporção de quilombolas analfabetos é mais que o dobro do que da população em geral, mostra Censo. Folha de São Paulo, 19/07/2024. Disponível em https://x.com/samuelvida12/status/1814709438919397583?t=7HUUk6jG174_SxziCqE7qw&s=08. Acesso em 20/07/2024.